

Alentejo Hoje
Caracterização Regional

REGIÃO ALENTEJO



Território, População e Estrutura Territorial								
NTUS	Área	População 2009	Densidade Populacional Hab/Km2	Concelhos	Cidades	Vilas	Freguesias	Lugares
Alentejo (2002)	31 551,2	753 407	23,9	58	15	45	392	1 439
Alentejo (2001)	27 276,2	503 507	18,5	47	19	67	301	947
Alentejo Litoral	5 255,8	94 904	18,1	5	4	7	41	206
Alto Alentejo	6 248,9	115 421	18,5	15	3	12	86	225
Alentejo Central	7 228,8	168 116	23,3	14	5	12	91	235
Baixo Alentejo	8 542,7	125 066	14,6	13	3	14	83	281
Lezíria do Tejo	4 275,0	249 900	58,5	11	4	22	91	492

Fonte: INE - Estimativas da população - 2010 e Anuário Estatístico do Alentejo, 2008

TERRITÓRIO E POPULAÇÃO

O Alentejo é a maior região de Portugal, ocupando uma área de 27 332.4 km2, na qual residem 503 507 habitantes distribuídos por 4 sub-regiões: Alentejo Litoral com 94 904, Alto Alentejo com 115 421, Alentejo Central com 168 116 e Baixo Alentejo com 125 066 habitantes.

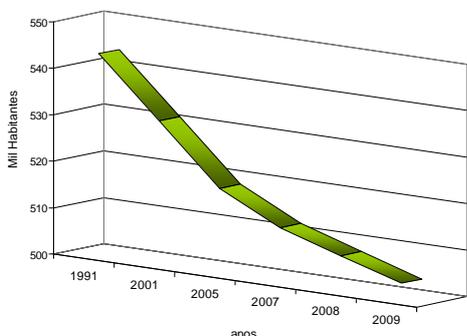
Para efeitos estatísticos, no contexto da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos de nível 2 (NUTS II), a Região Alentejo integra ainda a NUTS III Lezíria do Tejo, onde residem 249 900 habitantes, totalizando o seu efectivo demográfico os 753 407 habitantes que se distribuem por uma área correspondente a 31 596.57 4 km2.

É a região portuguesa de menor densidade populacional, com valores ligeiramente inferiores aos 19 hab/km2, enquanto que a média nacional se situa nos 115 hab/km2. Esta situação decorre de um ordenamento territorial proveniente de especificidades históricas como a agricultura extensiva, pouco propícia à dispersão populacional e, num passado mais recente, de um despovoamento derivado do êxodo rural que assumiu particular destaque no Alentejo.

O Alentejo dispõe de uma população residente que corresponde a cerca de 4.7% da população de Portugal, distribuída por uma área equivalente a 30% do território nacional.

Prevalece a constatação do continuado decréscimo do efectivo populacional, embora a níveis inferiores aos verificados no passado (nos anos sessenta perdeu cerca de ¼ da sua população residente), com reduções que atingiram os -6% em 1998/91 e, de forma menos acentuada, os -0.7% na última década, mas sempre com tendência contrária à verificada para o território nacional (+5% em 1991/2001).

Evolução Demográfica - Alentejo 1991 a 2009



Nos últimos anos, as estimativas elaboradas pelo INE, continuam a evidenciar uma tendência para a continuação do decréscimo demográfico, que a manter-se nos níveis estimados, poderá superar, pela negativa, os valores do decénio passado.

No contexto intra-regional, a Lezíria do Tejo, é a única sub-região que mantém uma dinâmica positiva, já que o decréscimo continuado da população generalizou-se a todo o restante território, embora com graus de intensidade que afectaram mais

o Baixo e o Alto Alentejo. O Alentejo Litoral tem resistido melhor ao fenómeno do despovoamento e, na última década, o Alentejo Central apresentou um comportamento demográfico ligeiramente positivo, muito embora as estimativas mais recentes apontem para novos decréscimos.

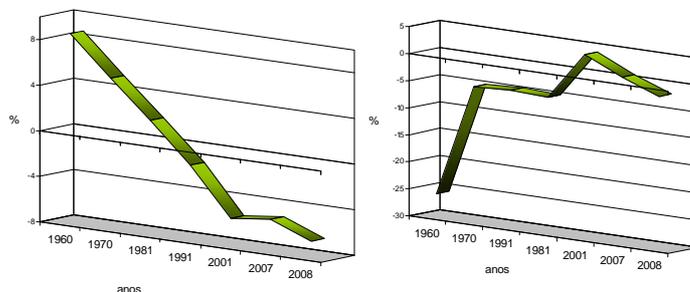
A longo prazo, e à semelhança da generalidade do interior do país, perspectiva-se a continuação da regressão demográfica no Alentejo, que só será contrariada com um considerável aumento dos fluxos migratórios.

DINÂMICA NATURAL E MIGRATÓRIA

Na actualidade, a evolução demográfica no Alentejo decorre do facto de se ter generalizado a toda a região o saldo negativo do crescimento natural, consequência dos baixos níveis da fecundidade (Índice Sintético de Fecundidade, Alentejo 1.3, Portugal 1.4 filhos por mulher em 2008), que caiu para valores muito abaixo do limite de substituição das gerações que ronda os 2.1 filhos por mulher. A insuficiência dos nascimentos (de 2001 para 2008 decresceram cerca de 10%), é ainda agravada pelo aumento continuado dos quantitativos da mortalidade, potenciados por uma concentração excessiva de população nas idades mais avançadas.

O decréscimo da natalidade é um fenómeno cujas fronteiras se estendem a praticamente todo o espaço europeu, mas, no Alentejo, tem particular relevância, se considerarmos que na ausência de entradas de população do exterior, a manterem-se aquelas tendências, o decréscimo populacional, nesta década, voltará aos elevados níveis do passado.

Crescimento Natural e Migratório - Alentejo 1991 a 2009



De forma inversa, mas também no sentido negativo, os valores da mortalidade são, no Alentejo, significativamente superiores à média nacional, quer quando observados através da Taxa Bruta de Mortalidade (14.8 ‰, 9.8 ‰ em Portugal, em 2008), quer quando se reportam à esperança de vida, que se situa em valores abaixo da média nacional (78.1 anos, 78.7 para Portugal). No passado, a população residente no Alentejo assumiu sempre valores de esperança de vida superiores aos nacionais (77.9 anos e 77.0 anos para Portugal, em 1991), tendo-se registado, no presente, uma inversão.

No presente, a atractividade regional, medida em termos de imigração oficial, sofreu uma redução, certamente devido à diminuição dos fluxos oriundos da Europa Central, condicionada pelo alargamento a Leste da União Europeia. Também no que se refere à capacidade de fixação da população activa jovem o Alentejo regista valores de repulsão demográfica superiores à média nacional, observáveis, por exemplo, no facto de 9.7 % da residência futura dos recém casados alentejanos se dirigir para fora da região, enquanto que no contexto nacional este indicador situa-se em 5.5 %

Desta forma, o saldo migratório previsível para a presente década é de -0.1%, o que representa uma significativa redução em relação à década passada, período em que a taxa do saldo migratório atingiu o valor mais elevado dos últimos cinquenta anos (2.9 %).

Enquanto que o decréscimo do saldo natural se assume como um fenómeno que se generalizou, de forma semelhante, a todo o território da região e, na actualidade, a todo o país, já a dinâmica migratória apresenta algumas diferenciações no contexto sub-regional que se traduzem no facto de só a Lezíria do Tejo registar, em 2008, valores positivos do saldo migratório, sendo que o Alentejo Central se aproxima do saldo nulo do dinâmica migratória.

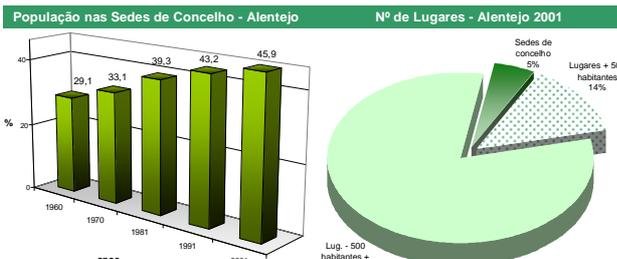
As restantes sub-regiões, no último ano, voltam a caracterizar-se pela incidência de saldos migratórios negativos, que afectam maioritariamente a Alto e o Baixo Alentejo (0.3 e -0.25% respectivamente), mas também o Alentejo Litoral (-0.17%), onde a maior capacidade de captação de investimentos da zona litoral (Sines), que na actualidade apontam para significativas intervenções no âmbito da petroquímica, não tem sido suficiente para conter as saídas que se continuam a verificar no interior desta sub-região.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO PELO TERRITÓRIO

A estrutura do povoamento do Alentejo foi historicamente condicionada por um ordenamento territorial decorrente das características de uma agricultura extensiva, pouco propícia à disseminação populacional pelo território. No passado mais recente, com o declínio das actividades agrícolas, instalou-se um fenómeno de despovoamento, derivado de um processo de êxodo rural, no qual a região não teve capacidade para absorver o excedente de população activa agrícola que se dirigiu, maioritariamente, para as zonas periféricas de Lisboa e Setúbal, atraída pelas actividades industriais emergentes naquelas zonas. Apesar de ter ocorrido em todo o país, este processo assumiu particular destaque nesta região.

É neste contexto que, no Alentejo, o povoamento se configura numa estrutura cada vez mais de tipo concentrado, com reforço continuado da importância da população que reside nos lugares de maiores dimensões ou nas sedes de concelho ou de distrito, em detrimento dos lugares de menor dimensão ou importância, que têm vindo a assistir a uma diminuição continuada do seu efectivo demográfico, com o conseqüente despovoamento das zonas rurais.

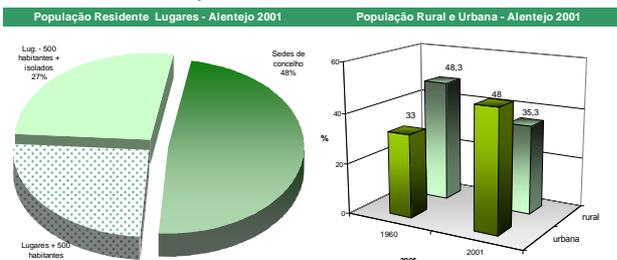
Em 2001, ano do último censo, no Alentejo, sem a Lezíria do Tejo, 48.4% dos residentes encontravam-se a morar nos lugares sede de concelho ou distrito, enquanto que aqueles que residiam em lugares com menos de 1000 habitantes representavam 26.5%, quando, em 1960, aqueles valores atingiam os 29.1 e os 32.6%. Apesar disto, 10.5% da população, naquela data, ainda se encontrava a residir fora dos lugares, valor inferior ao verificado em 1960, quando os isolados representavam 17.4% da população.



Fora das sedes de concelho, a população a residir em lugares com mais de 500 habitantes ainda representava cerca de ¼ dos residentes, que se distribuíam por 128 lugares, que representavam cerca de 14% do total de lugares no Alentejo.

É neste contexto que o Alentejo apresentava um sistema urbano poli-nucleado, cuja característica principal se manifesta na reduzida dimensão dos aglomerados residenciais: apenas 6 lugares (Évora, Beja, Portalegre, Elvas e Sines), em cerca 950, possuíam mais de 10 000 habitantes e 81.5% deles comportava um número de residentes inferior a 500 habitantes.

Esta característica, associada à considerável dispersão dos aglomerados, contribui para acentuar o isolamento das populações do interior e dificulta o estabelecimento de fluxos pendulares de índole profissional, escolar ou outra.



À luz dos dados mais recentes (2008), a concentração dos residentes no Alentejo em cidades atinge os 25.9% da população, sendo que estes aglomerados habitacionais, com mais de 10 000 habitantes, são responsáveis pela residência de cerca de 20% da população. Apesar de tudo, estes valores ainda estão significativamente abaixo da média nacional, que aponta para cerca de 45% da população a residir em cidades.

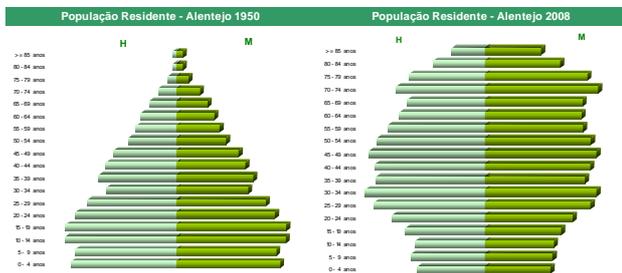
Mesmo assim, assiste-se a uma tendência continuada para a redução da ruralidade da população do Alentejo, patente na diminuição, de 1960 para 2001, de 48.3 para 35.3%, da população a residir em áreas predominantemente rurais, enquanto que aqueles que residiam em áreas predominantemente urbanas, passaram de 33 para 48%, naquele período.

CAPITAL HUMANO

Um traço marcante da estrutura demográfica da região Alentejo reside no seu elevado grau de envelhecimento, característica que tem registado uma continuada tendência para o agravamento e que advém da redução continuada dos nascimentos e da população jovem, e do aumento da população idosa, principal beneficiária dos ganhos continuados na esperança de vida, que apresenta valor consideravelmente altos (78.1 anos), próximos da média nacional (78.7 anos).

Se analisarmos o grau de envelhecimento da estrutura etária da população do Alentejo, através do Índice de Envelhecimento, podemos verificar que aquele indicador, em 2009, atingia valor bastante superior ao verificado no âmbito nacional e correspondia à existência de cerca de 187 idosos, com 65 e mais anos, por cada 100 jovens, com menos de 15 anos (para Portugal aquele valor era de 117.6).

Neste contexto, o Alentejo apresenta uma estrutura demográfica duplamente muito envelhecida, na qual o peso da população com menos de 15 anos não superava os 12.9% e os idosos, com mais de 64 anos, já representavam perto de 1/4 da população (24%), dos quais, cerca de metade, eram idosos dependentes, com mais de 74 anos. Para Portugal aqueles indicadores atingiam, no mesmo ano, os 15.2 e os 17.9%, respectivamente

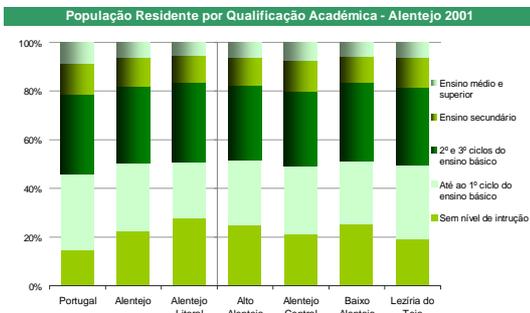


Como é sabido, apesar de se inserir na tendência demográfica de envelhecimento registada a nível nacional, o peso da população idosa continua a assumir na estrutura de recursos humanos do Alentejo proporções consideravelmente mais expressivas e, como tal, constitui um factor acrescido de inibição competitiva, em particular devido aos efeitos que provoca na disponibilidade de mão-de-obra jovem necessária ao incremento da actividade económica.

No contexto intra-regional, a Lezíria do Tejo assume-se claramente como a sub-região menos envelhecida, seguida do Baixo Alentejo e do Alentejo Central, enquanto o que o Alto Alentejo apresenta a situação menos favorável, com concelhos onde o Índice de Envelhecimento, em 2008, registava valores acima de 442 (Gavião). Na última década, o Alentejo Litoral, que no passado se constituía como a NUT III menos envelhecida, tem vindo a manifestar um decréscimo acentuado nos nascimentos, o que associado ao aumento considerável dos idosos, originou um reposicionamento desta sub-região, que, no presente, se assume como a segunda mais envelhecida.

NÍVEIS DE INSTRUÇÃO

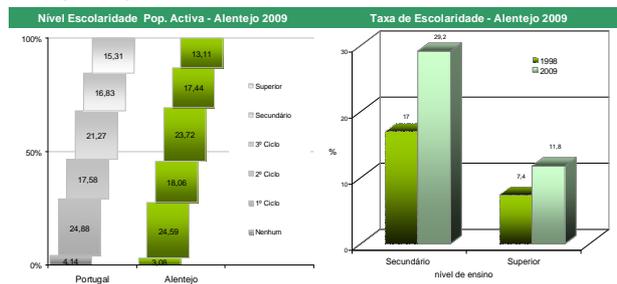
No capítulo das habilitações académicas da população, a região detém uma situação desfavorável face à média nacional, patente no predomínio de pessoas habilitadas unicamente com o primeiro ciclo do ensino básico - 50,4%, em 2001 - e no reduzido número de população residente cujas habilitações correspondem ao ensino médio e superior - 6,1% -, para Portugal, em 2001, aqueles valores eram de 46,2% e de 8,4%, respectivamente.



Em termos intra-regionais, é notória uma homogeneidade na distribuição da população residente segundo as habilitações, contudo, é no Alentejo Central que se atinge o nível mais elevado, assente num peso mais significativo de população com ensino médio/superior, enquanto que o Baixo Alentejo, apresenta a situação mais desfavorável, tendo em conta os valores mais reduzidos de população residente com instrução elevada e o peso mais significativo de população com níveis de formação inferiores.

No escalões etários mais jovens, registam-se aumentos consideráveis nas taxas de escolaridade, em particular nos níveis secundário e superior, que nos últimos 10 anos passaram de 17 para 29.2% e de 7.4 para 11.8% respectivamente, embora com valores ainda abaixo das médias nacionais, ao mesmo tempo que se observam ainda fenómenos de abandono e insucesso escolar com alguma importância, maioritariamente nas zonas do interior, observados através da taxa de retenção e desistência no ensino básico regular que ainda regista valores superiores à média nacional (8.4 e 7.9% respectivamente).

Na verdade é possível verificar que os níveis de qualificação dos recursos humanos da região melhorou, patente no facto de, na última década, o peso dos activos com formação secundária ou superior ter passado de 16.4 para 30.5% (8.0 para 17.4% no secundário e 8.4 para 13.1% no superior), enquanto que a Taxa de Analfabetismo da população activa reduziu-se para menos de metade, passando de 10.8 para 3.8%, valor abaixo da média nacional (4.1%).

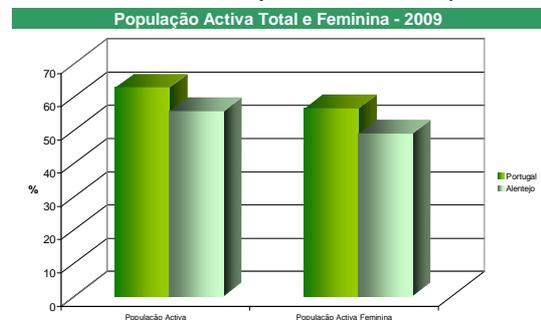


Continua a registar-se um predomínio das pessoas habilitadas unicamente com o primeiro ciclo do ensino básico (24.6%), embora com uma importância consideravelmente inferior à verificada no passado, sendo mesmo inferior à média nacional (24.9%).

A melhoria da frequência escolar tem contribuído para inverter a tendência pesada que caracterizava fortemente o perfil dos recursos humanos do Alentejo que associava uma estrutura populacional envelhecida a um padrão de baixo nível de habilitações constituindo um factor de estrangulamento do desenvolvimento regional.

ACTIVIDADE E EMPREGO DA POPULAÇÃO

O envolvimento profissional dos recursos humanos do Alentejo sofreu, na última década, uma evolução positiva, patente na Taxa de Actividade da população alentejana que registou um acréscimo semelhante ao verificado no contexto nacional, passou de 45.5% em 1998 para 47.5% em 2008, embora mantenha um nível inferior à média nacional (51.1 e 52.9% respectivamente).



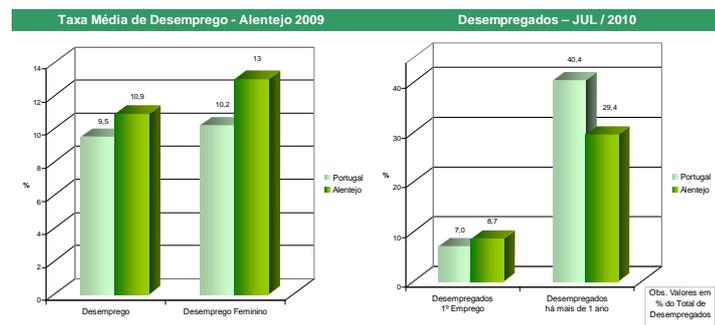
Contudo, este crescimento dos níveis de actividade no Alentejo só se verificou devido à maior participação da mulher no mercado de trabalho, observável no aumento da taxa de actividade feminina que, no último decénio, passou de 36.3 para 41.6%, uma vez que nos homens, aquela taxa sofreu até uma redução, passando de 55.3 para 53.7%, condicionada, certamente, pelos elevados índices de envelhecimento.

activa jovem, e por isso, o Alentejo continua a constituir-se como uma das regiões do país com menor nível de actividade da sua população, que só é superior à verificada na Região Autónoma dos Açores, as únicas regiões com taxas de actividade inferiores a 50%.

CONDIÇÕES FACE AO EMPREGO / DESEMPREGO

No capítulo do emprego, o Alentejo continua a ser a região de Portugal com maiores índices de desemprego. A região apresentou, em 2009, uma taxa de média de desemprego de 10.9%, estando acima 1.4% da média nacional, que se cifra em 9.5%.

Outro dado relevante prende-se com a incidência deste fenómeno junto de segmentos como as mulheres e os jovens. Com efeito, no último ano, a taxa média de desemprego feminina era nesta região a mais elevada do país, 13.0%, consideravelmente superior à média nacional que rondava os 9.7%.



Quando analisamos o fenómeno do desemprego à luz dos dados fornecidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), que se reportam à população desempregada inscrita nos Centros de Emprego, é possível verificar que, no Alentejo, as mulheres são já responsáveis por mais de metade dos pedidos de emprego de tal forma que, no último trimestre de 2010, por cada desempregado homem registava-se 1.7 desempregado do sexo feminino.

Outra característica a reter prende-se com o baixo peso dos desempregados à procura do 1º emprego que não representam mais de 8.7% dos inscritos, apesar de ligeiramente superior à média nacional (7%).

No caso dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego há mais de 1 ano, são já responsáveis por cerca de 30% da população desempregada, o que representa alguma importância do desemprego estrutural na região, embora a níveis consideravelmente inferiores à média nacional, onde a proporção de desemprego de longa duração atinge já os 40%, o que sugere uma relativa flexibilidade do mercado de trabalho da região.

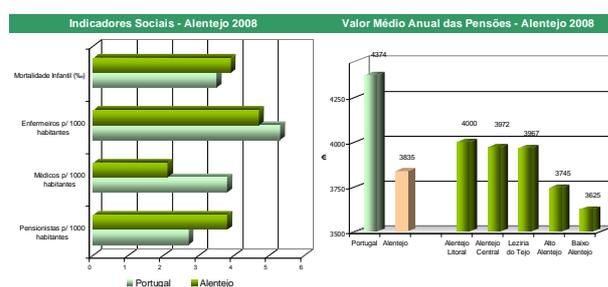
CONDIÇÕES SOCIAIS

Nos últimos anos, assistiu-se a incrementos no nível de desenvolvimento económico e social das populações, traduzidos em melhorias no estado de saúde, bem estar e salubridade da população residente no Alentejo, com reflexos no contexto da coesão social. Esta evolução tem sido no sentido positivo, com particular destaque para as melhorias verificadas, designadamente, no apoio contratualizado a populações carenciadas ou em risco, reflexo dos efeitos da implementação de algumas medidas de política social activa.

Os benefícios destas políticas públicas podem-se verificar, por exemplo, no indicador relativo à esperança de vida à nascença, encontrando-se o Alentejo com valores próximos da média nacional, e na taxa de mortalidade infantil, na qual se tem observado uma redução considerável nos últimos anos, que coloca Portugal a par dos índices dos países mais desenvolvidos (3.5 e 3.9‰ em 2008, respectivamente para Portugal e Alentejo).

Mesmo assim, e apesar do considerável esforço financeiro em equipamentos e serviços de protecção social, beneficiário dos diferentes Quadros Comunitários de Apoio a Portugal, os grupos populacionais mais vulneráveis, pensionistas, idosos e desempregados, no Alentejo, apresentam ainda níveis médios de protecção social inferiores aos verificados no país, patente no facto do valor médio das pensões pagas pela segurança social no Alentejo ser inferior, em cerca de 12.5%, à média nacional (3830€ e no país 4374€ em 2008).

A menor protecção social dos inactivos, assume particular importância num contexto em que o Alentejo apresenta um rácio de pensionistas (velhice, invalidez e sobrevivência) consideravelmente superior à média nacional, (38.2 vs 27.0% em Portugal, em 2008) o que origina uma maior vulnerabilidade relativamente às situações de pobreza, em particular quando ocorrem conjuntamente com manifestações de doença prolongada.



No contexto sub-regional, é possível verificar um maior nível de rendimento dos pensionistas residentes no Alentejo Litoral e no Alentejo Central. O Baixo Alentejo constitui-se mesmo como a sub-região alentejana com menores níveis de rendimento da população inactiva, uma vez que, para além dos pensionistas, também os desempregados e as famílias, auferem subsídios de desemprego e prestações familiares com valores médios muito inferiores às médias nacional e regional.

O progresso verificado nos níveis de desenvolvimento, bem-estar e salubridade, têm contribuído para a melhoria do estado de saúde das populações, consequência também do crescimento que se tem verificado na procura dos cuidados de saúde. A oferta de recursos humanos de saúde no Alentejo, medida através dos rácios médicos e enfermeiros por 1000 habitantes, encontram-se dentro dos valores considerados adequados, mas é inferior à média nacional, certamente influenciada pela elevada concentração dos profissionais de saúde na zona de Lisboa (médicos 2.1 vs 3.8 em Portugal, enfermeiros 4.7 vs 5.3 em Portugal, em 2008).

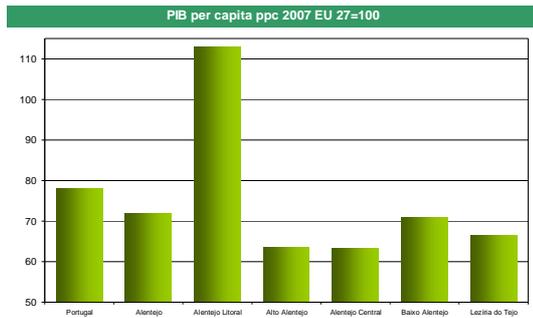
Dadas as especificidade geográficas da região e apesar dos bons desempenhos em importantes indicadores (esperança de vida, mortalidade infantil), o Alentejo apresenta ainda carências nos serviços de saúde, que se manifestam particularmente ao nível dos recursos humanos, principalmente nas zonas mais periféricas da região, onde se verificam algumas insuficiências de pessoal formação médica e de enfermagem.

COMPETITIVIDADE REGIONAL

O contributo do Alentejo para a produção de riqueza em 2008, data informação disponível, representava, 5% do PIB português.

O indicador PIB per capita, com o valor de 14,7 mil €, revela um posicionamento globalmente desfavorável da região, abaixo da média nacional, que registava um valor de 15,7 mil € (disparidade do PIB per capita com Portugal =100 no Alentejo em 2007 era de 93,6).

Se Portugal perde posição no índice de disparidade do PIB per capita face à média dos países da Europa, o Alentejo, tem vindo aprofundar o fosso deste afastamento muito mais fortemente em relação à média europeia (Portugal 78, Alentejo 71.9)



ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

O sector terciário assume o principal papel com 61% do valor acrescentado bruto regional (VAB) (dados de 2007). Segue-se o sector secundário com 29,6% do VAB regional e o sector primário com uma quota-parte de 8,8%.

O sector primário no Alentejo continua a deter um peso relativo, no contexto dos sectores produtivos, superior ao verificado em Portugal (9%), onde aquele sector representa somente 2% do VAB nacional

Ao nível das sub-regiões do Alentejo, a distribuição dos grandes sectores revela uma clara predominância do sector terciário, à excepção do Alentejo Litoral, com 40% do VAB originado no sector secundário, a que não é alheio a presença do complexo industrial e energético de Sines.

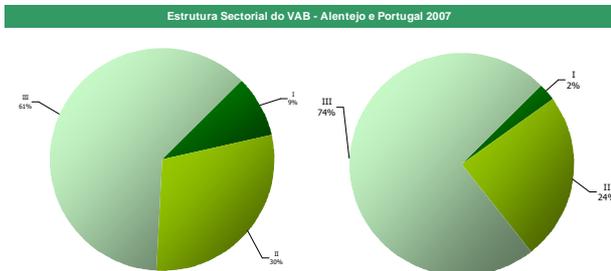
Da estrutura por sectores de actividade económicas, salienta-se o maior peso da indústria na região, rondando 15% do total do VAB do Alentejo.

PRODUTIVIDADE REGIONAL

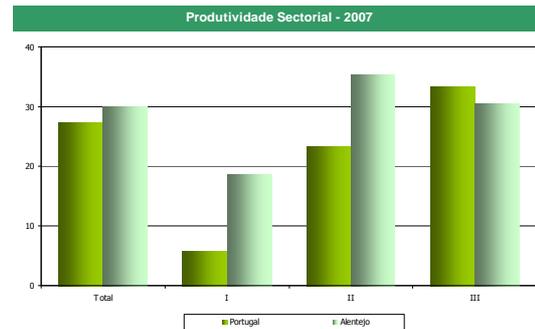
A produtividade regional posiciona o Alentejo num dos lugares cimeiros no contexto nacional, ultrapassando os valores do país em termos totais e sectoriais, com excepção das actividades dos serviços.

Em termos da produtividade total apenas a região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta valores superiores. No que concerne aos sectores da actividade e destes à agricultura e pescas a posição mais significativa acaba igualmente ao Alentejo. A produtividade da indústria e construção é mais elevada em Lisboa e Vale do Tejo, embora o Alentejo conte com a segunda posição.

O sector dos serviços, com maior VAB sectorial na região e sendo também o maior empregador, apresenta um dos mais baixos níveis de produtividade, quando comparado com as restantes regiões de Portugal, com excepção da região Norte, que apresenta a mais baixa produtividade do país.



Nas sub-regiões verifica-se alguma diversidade nos níveis de produtividade, apresentando-se o Alentejo Litoral como aquela que evidencia a maior eficiência produtiva, tanto ao nível da sua produtividade total, como sectorial. De mencionar que nesta sub-região é muito significativa a diferença observada no sector da agricultura e pescas e particularmente superior na indústria e construção. No sector dos serviços, ainda que não contando entre os mais elevados, o Alentejo Litoral apresenta-se com valores de produtividade bastante semelhantes ao das restantes sub-regiões



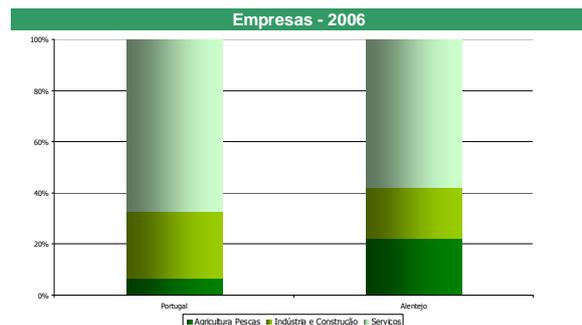
O Alto Alentejo e o Alentejo Central apresentam valores de produtividade mais elevados no sector dos serviços e o Baixo Alentejo regista preponderância no sector da indústria e construção.

DINÂMICA EMPRESARIAL

A estrutura empresarial do Alentejo é caracterizada, genericamente, pela reduzida dimensão empregadora, com uma média de 96% de empresas com menos de 9 trabalhadores. No Baixo Alentejo o peso daquelas micro-empresas é ainda maior, valores da ordem de 98% do total dos seus estabelecimentos.

As dinâmicas empresariais do Alentejo, quando comparadas com as nacionais apresentam um balanço francamente negativo, uma vez que se regista uma taxa de constituição das empresas mais baixa que no país (5.9 e 6.3%, respectivamente). Por seu turno o nível de mortalidade das empresas avaliado através da taxa de dissolução das empresas é no Alentejo ligeiramente mais baixa, ainda que muito próxima da verificada a nível nacional.

Aproximadamente três quintos das empresas localizadas no Alentejo pertencem ao sector terciário e as restantes repartem-se igualmente entre a agricultura e pescas e entre a indústria, energia e construção. Esta estrutura é algo diversa da nacional na qual cerca de dois terços das empresas desenvolvem actividades no domínio dos serviços, perto de um quinto das empresas pertencem ao sector da indústria, energia e construção e apenas 7% de empresas se encontram ligadas à agricultura e pescas.



Em todas as sub-regiões do Alentejo dominam as empresas dos serviços. De referir que no Alentejo Litoral e no Baixo Alentejo em segundo grau de importância contam-se as empresas do sector primário representado, aproximadamente, um quarto das empresas e no Alentejo Central a indústria e construção ocupa a segunda posição em número de empresas, com mais de 20% do total.

As empresas, no Alentejo, concentram-se, essencialmente, em torno de dois ramos da actividade económica - comércio e agricultura e pescas com mais de metade do total, mantendo-se assim, uma estrutura económica assente na satisfação das necessidades primárias da população.

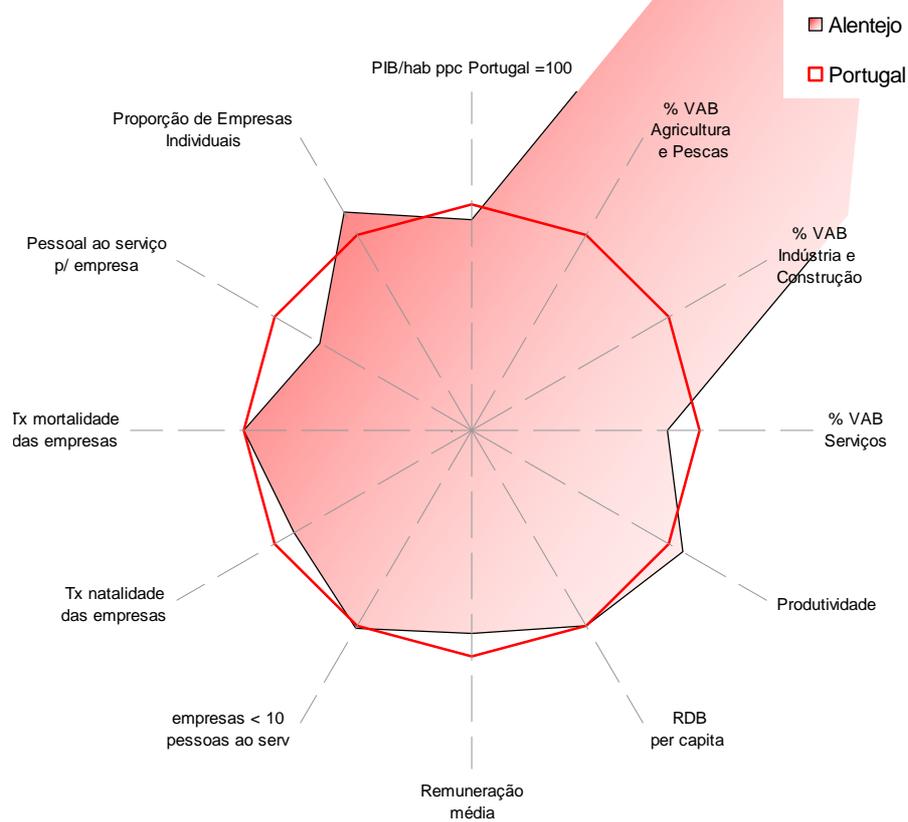
Os ramos da actividade económica dominantes em Portugal, que integram mais de metade das empresas nacionais são o comércio e a construção.

SOCIO-DEMOGRAFIA



6

ECONOMIA



FICHA TÉCNICA:

**Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Centro de Observação das Dinâmicas Regionais**

Responsável Técnico:

Amável Candeias (Sociólogo)

Maria João Alface (Economista)

Setembro de 2010